

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

30 de junho de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

30 de junho de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial..... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração do fluxo de caixa	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. (Banco) que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais do Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 27 de agosto de 2021.

Demonstrações do resultado abrangente (DRA)

As demonstrações do resultado abrangente (DRA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar às disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN 4.818/20 e 02/20 do BACEN. Em nossa opinião, essas demonstrações do resultado abrangente foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessas Resoluções e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de outubro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC – 1SP241659/O-9

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2021	2020
Disponibilidades	4	3.302	5.261	Instrumentos Financeiros		770.785	995.022
Instrumentos Financeiros		991.181	1.242.185	Depósitos	12. a	275.727	375.251
Aplicações Interfinanceiros de Liquidez	5	11.514	185.351	Captações no Mercado Aberto	12. b	73.949	8.347
Carteira de Câmbio	10	120.287	149.099	Carteira de Câmbio	10	125.830	151.729
Títulos e Valores Mobiliários	6. a	474.940	465.267	Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	12. c	78.245	133.092
Instrumentos Financeiros Derivativos	7. a	133.967	117.878	Obrigações por Empréstimos e Repasses	12. d e 12. e	149.738	249.515
Operações de Crédito	9. a	250.473	324.590	Instrumentos Financeiros Derivativos	7. a	67.296	77.088
Outros Ativos		66.650	65.941	Provisões	13	11.001	10.071
Bens Não de Uso	11. a	67.824	67.824	Outras Obrigações		3.554	7.678
Provisões Para Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda	11. a	(9.622)	(9.622)	Sociais e Estatutárias		171	171
Diversos	11. b	8.448	7.739	Fiscais e previdenciárias	14. a	753	4.276
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	9. a	(39.793)	(60.119)	Diversas	14. b	2.630	3.231
Crédito Tributário	16. b	78.149	79.051	Obrigações Fiscais Diferidas	16. c	10.464	13.177
Imobilizado e Intangível		1.560	1.516	Patrimônio Líquido		305.246	307.887
				Capital social		323.728	323.728
				De domiciliados no exterior	17. a	323.728	323.728
				Ajuste ao valor de mercado - TVM		(6.498)	(2.557)
				Prejuízos acumulados		(11.984)	(13.284)
Total do Ativo		1.101.049	1.333.835	Total do Passivo		1.101.049	1.333.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais, exceto o (prejuízo) lucro por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas da Intermediação Financeira		<u>28.608</u>	<u>61.527</u>
Operações de crédito		9.149	7.793
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		12.894	30.347
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	(9.798)	(23.477)
Resultado de operações de câmbio		16.363	46.864
Despesas da Intermediação Financeira		<u>(5.039)</u>	<u>(44.609)</u>
Operações de captações no mercado		(6.567)	(12.505)
Operações de empréstimos e repasses		(1.123)	(15.349)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	2.651	(16.755)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		<u>23.569</u>	<u>16.918</u>
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		<u>(20.924)</u>	<u>(23.428)</u>
Receitas de prestação de serviços	20	3.182	1.924
Despesas de pessoal		(11.807)	(12.411)
Outras despesas administrativas	21	(9.940)	(9.634)
Despesas tributárias	22	(1.238)	(2.310)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	23.a e 23.b	(1.121)	(997)
Resultado Operacional		<u>2.645</u>	<u>(6.510)</u>
Resultado Não Operacional		103	94
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		<u>2.748</u>	<u>(6.416)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	16.a	<u>(1.448)</u>	<u>3.445</u>
Provisão para imposto de renda		(17)	(5.133)
Provisão para contribuição social		(17)	(3.822)
Ativo (passivo) fiscal diferido		(1.414)	12.400
Lucro (Prejuízo) Líquido dos semestres		<u>1.300</u>	<u>(2.971)</u>
(Prejuízo) Lucro por ação no final dos semestre/exercícios (R\$)		<u>1,50</u>	<u>(3,42)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (Prejuízo) Líquido dos semestres	1.300	(2.971)
Outras resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes	(3.941)	865
Outros Resultados Abrangentes - Ajuste ao Valor de Mercado, líquido dos impostos	<u>(3.941)</u>	<u>865</u>
Resultado Abrangente Total	<u>(2.641)</u>	<u>(2.106)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONSOLIDADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Ajuste ao valor de mercado - TVM	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Especial			
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	323.728	1.701	4.106	(4.826)	-	324.709
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	865	-	865
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(2.971)	(2.971)
Saldos em 30 de Junho de 2020	<u>323.728</u>	<u>1.701</u>	<u>4.106</u>	<u>(3.961)</u>	<u>(2.971)</u>	<u>322.603</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	323.728	-	-	(2.557)	(13.284)	307.887
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	(3.941)	-	(3.941)
lucro líquido do semestre	-	-	-	-	1.300	1.300
Saldos em 30 de Junho de 2021	<u>323.728</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.498)</u>	<u>(11.984)</u>	<u>305.246</u>

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido ajustado nos semestres		(2.476)	3.646
Lucro (Prejuízo) líquido dos semestres		1.300	(2.971)
Ajustes ao (prejuízo) lucro líquido:		<u>(3.776)</u>	<u>6.617</u>
Depreciações e amortizações	21	202	323
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	23.a e 23.b	(75)	59
Provisão (Reversão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(2.651)	16.755
Reversão para impostos e contribuições diferidos		(2.357)	(1.043)
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	23.b	1.227	1.015
Reversão (Constituição) de Créditos tributários		3.819	(11.357)
Ajuste de Valor de Mercado - TVM		(3.941)	865
Variações dos Ativos e Obrigações		(172.279)	(660.618)
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		852	(2.277)
Aumento em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)		(38.781)	(359.371)
Redução/(Aumento) em carteira de câmbio (ativo/passivo)		2.913	(14.433)
Redução em operações de crédito		56.442	13.909
(Aumento) Redução em outros ativos		(708)	11.114
(Redução)/Aumento em depósitos		(100.115)	14.125
Aumento em captação no mercado aberto		66.136	137.006
Redução em recursos de aceites e emissão de títulos		(54.847)	(111.334)
Aumento (Redução) em outras obrigações		1.238	(18.923)
Imposto pago		(5.632)	(6.063)
Redução em obrigações por empréstimos e repasses		<u>(99.777)</u>	<u>(324.371)</u>
Fluxo de Caixa Aplicados das Atividades Operacionais		(174.755)	(656.972)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aplicações no imobilizado de uso		<u>(246)</u>	<u>(33)</u>
Fluxos de Caixas Aplicados nas Atividades de Investimentos		(246)	(33)
Juros sobre o capital próprio pagos	17.b	-	(2.890)
Fluxos de Caixas Aplicados nas Atividades de Financiamentos		-	(2.890)
Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa		(175.001)	(659.895)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres	4	180.717	678.513
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres	4	5.716	18.617
Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa		(175.001)	(659.895)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo Caixa Geral de Depósitos, no Brasil, está composto pelo Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Banco) e pela CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (Corretora).

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), sediado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 4.285 – 3º andar – São Paulo – SP, é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa, iniciou suas operações em 1º de abril de 2009, e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), através da Resolução nº 4.280 e normas complementares.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. compreendem as entidades discriminadas na Resolução nº 4.280/13, sobre os quais o Banco detenha controle direto ou indireto, incluindo: instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A seguir estão apresentadas as entidades consolidadas nas demonstrações financeiras do conglomerado prudencial:

<u>Empresa</u>	<u>Atividade</u>	<u>Percentual Banco</u>	<u>Consolidado Prudencial</u>
Banco Caixa Geral Brasil S.A.	Instituição Financeira	Lider	Lider
CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.	Instituição Financeira	100%	100%

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Circular Bacen nº 3.959/19, posteriormente consolidadas na Resolução BCB nº 2/20 e Resolução CMN nº 4.818/20, foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS).

As principais alterações implementadas foram: a) As contas do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; b) Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão sendo apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior; e c) Reclassificação dos adiantamentos de contratos de câmbio para a conta de operações de crédito no Balanço. As demais demonstrações estão sendo comparadas com os mesmos períodos do semestre anterior para as quais foram apresentadas.

As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Conglomerado Prudencial como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, às quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico;
- Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados;
- Resolução nº 3.959/19 - Resultado por ação; e
- Resolução nº 4.748/19 – Mensuração do valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco.

A autorização para emissão das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foi dada pelo Conselho de Administração do Banco em 01 de outubro de 2021.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pro rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do semestre. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, ou sempre que houver indícios objetivos de "impairment".

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do semestre.
- (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do semestre, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM".
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do semestre.

O Conglomerado Prudencial, em conformidade com a Resolução nº 4.748/2019 do Banco Central do Brasil, usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, para mensuração do valor justo dos seus ativos. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, "swaps" e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios:

- Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras.
- Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do semestre.
- Operações de "swaps": os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data das demonstrações financeiras.
- Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do semestre.

Os instrumentos financeiros derivativos do Banco, designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge"), foi classificado como "hedge" risco de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, sendo a valorização ou a desvalorização dos "hedges" de risco de mercado registradas em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do semestre.

g) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Banco no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

Em consonância com os critérios da Resolução 4.512/16 do Banco Central do Brasil, a provisão para garantias prestadas é constituída com base nos requerimentos estabelecidos na Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser

controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos.

h) Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do semestre.

i) Ativos e passivos

Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os juros e as variações monetárias, podendo o ativo, quando aplicável ser deduzido das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

j) Permanente

- Imobilizado e Intangível

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

k) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, sendo os principais critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

l) Ativos não financeiros mantidos para venda

O Conglomerado Prudencial possui ativos não financeiros mantidos para venda compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A Administração avalia a existência de indicativos de redução ao valor de realização desses ativos, com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos.

m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% a partir de março de 2020 (15% em dezembro de 2019) do lucro antes do imposto de renda.

Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxa vigente à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". Os créditos tributários são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

n) Lucro por ações

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

o) Segregação entre Circulante e Não Circulante

Os ativos e passivos realizáveis até doze meses subsequentes ao balanço são classificados no circulante e aqueles cujo vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram nos doze meses após a data do balanço são classificados em não circulante. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas estão classificados em sua totalidade em não circulante independentemente do prazo de realização. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante e os títulos classificados como disponível para venda são classificados conforme a data de vencimento do papel, independentemente de sua liquidez, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

A segregação do balanço patrimonial entre circulante e não circulante está demonstrado nas respectivas notas explicativas, em conformidade com a Resolução CMN 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas considerando os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pela Resolução nº 4.720/19 e Circular nº 3.959/19, posteriormente consolidadas na Resolução BCB nº 2/20 e Resolução CMN nº 4.818/20, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	jun/21	jun/20
Disponibilidades	3.302	3.325
Aplicações em operações compromissadas	900	12.299
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>1.514</u>	<u>2.993</u>
Total	<u>5.716</u>	<u>18.617</u>

As aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas, no montante de R\$900 (R\$12.299 em junho de 2020), apresentam taxas médias ao ano de 4,05% (2,1% em junho de 2020).

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	jun/21			dez/20			
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 1 a 3 anos	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.514	9.100	10.614	2.789	962	8.990	12.741
Aplicações em operações compromissadas	<u>900</u>	-	<u>900</u>	172.610	-	-	172.610
Total	<u>2.414</u>	<u>9.100</u>	<u>11.514</u>	<u>175.399</u>	<u>962</u>	<u>-</u>	<u>185.351</u>
Circulante			11.514				185.351

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020

	jun/21		dez/20	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<u>Carteira Livre</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	458	457	452	451
Letras do Tesouro Nacional – LTN	62.239	60.991	82.581	82.571
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	237.061	228.043	242.445	242.197
Fundos de Investimento - FICFIM	-	-	691	691
Bonds	11.684	-	12.581	-
Nota Promissória - NP	-	-	15.577	15.696
Debêntures	108.172	43.855	73.856	12.611
Total de carteira própria	419.614	333.346	428.183	354.217
<u>Vinculados a compromissos de recompra</u>				
Letras do Tesouro Nacional – LTN	69.660	68.463	-	-
Debêntures	5.919	5.939	8.343	8.359
Total de vinculados a compromissos de recompra	<u>75.579</u>	74.402	8.343	8.359
<u>Vinculados à prestação de garantias</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	28.513	28.510
Letras do Tesouro Nacional – LTN	50.713	49.645	14.389	14.390
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B e F	6.140	6.219	8.727	9.119
Debêntures	-	-	41.120	34.887
Fundos de Investimento - FILCB	11.328	11.328	15.785	15.785
Total de vinculados à prestação de garantias	<u>68.181</u>	<u>67.192</u>	<u>108.534</u>	<u>102.691</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>563.374</u>	<u>474.940</u>	<u>545.060</u>	<u>465.267</u>

b) Composição da carteira em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 por classificação e por prazo:

	jun/21		dez/20	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<u>Títulos para negociação:</u>				
<u>Títulos públicos</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (*)				
De 1 a 3 meses	-	-	28.513	28.510
De 1 a 3 anos	458	457	452	451
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 1 a 3 anos	84.081	82.636	-	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B e F (*)				
De 3 a 12 meses	-	-	1.729	1.772
De 1 a 3 anos	5.395	5.457	5.238	5.518
Total de títulos públicos	<u>89.934</u>	<u>88.550</u>	<u>35.932</u>	<u>36.251</u>
<u>Títulos privados</u>				
Debêntures (**)				
Acima de 3 anos	58.726	-	58.002	-
Cotas de Fundos de Investimento (*)				
Sem vencimento	11.328	11.328	16.476	16.476
Total de títulos privados	<u>70.054</u>	<u>11.328</u>	<u>74.478</u>	<u>16.476</u>
Total de títulos para negociação	<u>159.988</u>	<u>99.878</u>	<u>110.410</u>	<u>52.727</u>
<u>Títulos disponíveis para venda</u>				
<u>Títulos públicos</u>				
Letras do Tesouro Nacional – LTN (*)				
De 3 a 12 meses	97.525	95.471	-	-
De 1 a 3 anos	1.006	992	96.970	96.961
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e F (*)				
De 3 a 12 meses	-	-	1.039	1.064
De 1 a 3 anos	237.806	228.805	243.166	242.962
Total de títulos públicos	<u>336.337</u>	<u>325.268</u>	<u>341.175</u>	<u>340.987</u>
<u>Títulos privados</u>				
Bonds (***)				
De 1 a 3 anos	11.684	-	12.581	-
Nota Promissória				
De 3 a 12 meses	-	-	15.577	15.696
Debêntures (**)				
De 3 a 12 meses	6.077	6.073	11.685	7.182
De 1 a 3 anos	36.341	36.230	40.458	41.010
Acima de 3 anos	12.947	7.491	13.174	7.665
Total de títulos privados	<u>67.049</u>	<u>49.794</u>	<u>93.475</u>	<u>71.553</u>
Total de títulos disponíveis para venda	<u>403.386</u>	<u>375.062</u>	<u>434.650</u>	<u>412.540</u>
Circulante	263.590	201.422	123.134	60.973
Não Circulante	<u>299.784</u>	<u>273.518</u>	<u>421.926</u>	<u>404.294</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>563.374</u>	<u>474.940</u>	<u>545.060</u>	<u>465.267</u>

(*) Em 30 de junho de 2021, o montante de R\$67.192 (R\$102.623 em dezembro de 2020) em garantia de operações na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (nota nº 7.f).

(**) Em 30 de junho de 2021, o Conglomerado Prudencial possui provisão para "impairment" registrado na coluna de valor de mercado, no montante de R\$63.551 (R\$62.882 em dezembro de 2020).

(***) Em 30 de junho de 2021, o Conglomerado Prudencial possui provisão para "impairment" registrado na coluna de valor de mercado, no montante de R\$11.684 (R\$12.581 em dezembro de 2020).

Luiz.Pitz
2021-10-01 09:41:18

como concilia com a tabela acima?
o valor na tabela eh de tds debentures. o valor de impairment a

No semestre findo em 30 de junho de 2021, não ocorreram reclassificações entre as categorias “negociação”, “disponíveis para venda” e “mantidos até o vencimento”.

c) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2021, os títulos públicos, no montante de R\$413.818 (R\$377.238 em dezembro de 2020), estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC e os títulos privados, no montante de R\$49.794 (R\$71.553 em dezembro de 2020), estão custodiados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. As cotas de fundos de investimentos, no montante total de R\$11.328 (R\$16.476 em dezembro de 2020), estão custodiadas junto aos administradores dos fundos de investimentos.

d) Valor de mercado

Para os títulos públicos classificados nas categorias “disponíveis para venda” e “negociação” o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Para a marcação a mercado das debêntures emitidas segundo a instrução CVM nº 476 e que não apresentavam preço indicativo pela ANBIMA ou outra fonte alternativa (cotações fornecidas por Corretoras), foi utilizada a metodologia baseada nas últimas negociações que ocorreram no mercado secundário em taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos foram marcadas a mercado com base nos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos.

Os bonds foram marcados a mercado com base nos preços negociados em mercados de bolsa e balcão na Europa, divulgados pelo custodiante dos títulos.

A provisão para os bonds foi calculada com base nas últimas negociações das ações da Abengoa Espanha, no período de 2 anos.

Os títulos públicos e privados registrados na categoria “disponíveis para venda” resultaram em ajuste negativo no montante de R\$11.814 (R\$7.202 em junho de 2020). O impacto no patrimônio líquido do Banco foi de R\$(6.498) (R\$3.961 negativo em junho de 2020), líquidos dos efeitos tributários.

A composição da carteira em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo são demonstrados como segue:

<u>Junho de 2021</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Total</u>
Negociação	99.878	-	99.878
Disponível para venda	359.312	15.750	375.062
Total	459.190	15.750	474.940
<u>Dezembro de 2020</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Total</u>
Negociação	52.727	-	52.727
Disponível para venda	384.274	28.266	412.540
Total	437.001	28.266	465.267

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Conglomerado Prudencial realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos,

b) Composição do valor de referência por vencimento

	jun/21					dez/20					
	Até 1 mês	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
"Swap" - posição ativa	1.300	2.900	252.781	158.447	70.440	485.868	7.300	30.900	38.800	204.887	281.887
"Swap" - posição passiva	-	-	2.262	132.620	50.000	184.882	144.194	1.841	4.494	178.547	329.076
NDF - posição ativa	6.000	-	500	-	-	6.500	3.500	2.000	-	-	5.500
NDF - posição passiva	-	3.800	7.020	-	-	10.820	980	7.320	-	-	8.300
Futuros - posição comprada	85.024	181.149	324.250	9.899	-	600.322	189.583	157.448	-	24.150	371.181
Futuros - posição vendida	97.035	229.936	52.095	155.653	35.471	570.190	29.470	198.669	112.183	45.165	385.487
Opções - posição comprada	-	-	66.250	-	-	66.250	-	-	-	-	-
Opções - posição vendida	-	-	63.125	-	-	63.125	-	-	-	-	-
Total	189.359	417.785	768.283	456.619	155.911	1.987.957	375.026	398.178	155.477	452.749	1.381.431

c) Composição por indexador

	jun/21			dez/20		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
<u>Operações de "swap"</u>						
Posição ativa	128.758	-	485.868	116.581	-	281.887
CDI x PRÉ	97.657	-	130.540	110.747	-	147.540
DOLAR VENDA x LIBOR	27.180	-	226.781	146	-	5.800
LIBOR x DÓLAR VENDA	3.921	-	128.547	5.688	-	128.547
Posição passiva	-	(61.518)	184.882	-	(75.027)	329.076
DOLAR VENDA X CDI	-	-	-	-	(5.605)	200.749
PRÉ x CDI	-	(854)	1.691	-	(887)	1.691
DOLAR VENDA x LIBOR 3M	-	(3.691)	128.547	-	(10.409)	71.992
IPCA x CDI	-	(56.973)	54.644	-	(58.126)	54.644
Total de operações de "swap"	128.758	(61.518)	670.750	116.581	(75.027)	610.963
<u>Operações de NDF</u>						
Posição ativa	991	-	6.500	1.297	-	5.500
Dólar venda	991	-	6.500	1.208	-	5.000
Euro venda	-	-	-	89	-	500
Posição passiva	-	(3.637)	10.820	-	(2.061)	8.300
Dólar venda	-	(3.637)	10.820	-	(1.953)	7.450
Euro venda	-	-	-	-	(108)	850
Total de operações de NDF	991	(3.637)	17.320	1.297	(2.061)	13.800
<u>Operações opções</u>						
	4.218	(2.141)	129.375	-	-	-
Posição dólar vendida	-	(2.141)	63.125	-	-	-
Posição dólar comprada	4.218	-	66.250	-	-	-
Total de operações de Opções	4.218	(2.141)	129.375	-	-	-
<u>Operações de futuros</u>						
Posição comprada (*)	6.030	-	600.322	566	-	371.181
DDI	5.446	-	562.348	357	-	322.666
DI1	430	-	11.307	4	-	17.219
DOL	64	-	7.404	190	-	1.036
EUR	90	-	19.263	15	-	30.260
Posição vendida (*)	-	(3.612)	570.190	-	(1.077)	385.487
DDI	-	(613)	64.589	-	(919)	115.811
DI1	-	(1)	206.754	-	(133)	188.278
DOL	-	(2.998)	298.847	-	(25)	81.398
Total de operações de futuros	6.030	(3.612)	1.170.512	566	(1.077)	756.668
Total	139.997	(70.908)	1.987.957	118.444	(78.165)	1.381.431

(*) Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

d) Valor de referência por local de negociação

	<u>Mercado Organizado</u>	<u>Mercado de Balcão</u>	Total 2021	<u>Mercado Organizado</u>	<u>Mercado de Balcão</u>	Total 2020
Operações de "swap"	186.875	483.875	670.750	203.875	407.088	610.963
Operações de NDF	-	17.320	17.320	5.500	8.300	13.800
Opções	129.375	-	129.375	-	-	-
Futuros - posição comprada	600.322	-	600.322	371.181	-	371.181
Futuros - posição vendida	<u>570.190</u>	<u>-</u>	<u>570.190</u>	<u>385.487</u>	<u>-</u>	<u>385.487</u>
Total	<u>1.486.762</u>	<u>501.195</u>	<u>1.987.957</u>	<u>966.043</u>	<u>415.388</u>	<u>1.381.431</u>

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e de moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes.

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Informamos a seguir os ganhos e as perdas que impactaram os resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020. Tais ganhos e perdas estão sendo apresentados líquidos do resultado gerado pelos derivativos utilizados como instrumento de "hedge" de risco de mercado.

	<u>jun/21</u>			<u>jun/20</u>		
	<u>Ganho</u>	<u>Perda</u>	<u>Líquido</u>	<u>Ganho</u>	<u>Perda</u>	<u>Líquido</u>
"swap"	214.181	(195.447)	18.734	191.830	(241.042)	(49.212)
NDF	7.949	(9.537)	(1.588)	12.397	(16.111)	(3.714)
Opções	35.837	(34.834)	1.003	-	-	-
Futuros	<u>451.404</u>	<u>(479.351)</u>	<u>(27.947)</u>	<u>372.215</u>	<u>(342.766)</u>	<u>29.449</u>
Total	<u>709.371</u>	<u>(719.169)</u>	<u>(9.798)</u>	<u>576.442</u>	<u>(599.919)</u>	<u>(23.477)</u>

f) Valor e tipo de margem dadas em garantia

O montante de margem depositado em garantia na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte composição:

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Títulos e valores mobiliários – Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	28.510
Letras do Tesouro Nacional - LTN	49.645	14.390
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e NTN-F	6.219	9.119
Debêntures	-	34.819
Fundo de Investimento - FILCB	11.328	15.785
Total	<u>67.192</u>	<u>102.623</u>

g) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

Em 30 de junho de 2021, a estrutura de "hedge" de risco de mercado é composta por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R\$172.155 (R\$177.168 em dezembro de 2020) e vencimentos que variam de julho de 2021 a julho de 2022 (janeiro de 2021 a janeiro de 2022 em dezembro de 2020), e visam proteger o Conglomerado Prudencial das flutuações do câmbio nos adiantamentos de contrato de câmbio e nas captações no exterior.

O valor dos adiantamentos de contratos de câmbio, em 30 de junho de 2021, é de R\$47.546 (R\$ 74.009 em dezembro de 2020) e está classificado como objeto de

“hedge” de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$826 (despesa de R\$ 525 no primeiro semestre de 2020).

O valor dos empréstimos no exterior, em 30 de junho de 2021, é de R\$124.924 (R\$103.955 em dezembro de 2020) e está classificado como objeto de “hedge” de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como receita é de R\$ 324 (R\$ 332 em dezembro de 2020).

A efetividade das estruturas de “hedge” de risco de mercado é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para “hedge” e do instrumento objeto de “hedge”.

A efetividade apurada para a carteira de “hedge” em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

As operações acima não representam a exposição global do Conglomerado Prudencial aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge”.

8. GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco.

A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção.

I - Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (“commodities”).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR - "Value at Risk"): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos.
- Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ou própria).
- Alerta de "Stop Loss": Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas baseada em gatilhos.
- Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial. Em 30 de junho de 2021, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R\$3.891 (R\$4.243 em dezembro de 2020).

II - Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do CMN, o Conglomerado Prudencial possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira.

No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo.

São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital.

No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Bconglomerado Prudencial julgar necessário.

III - Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de

dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do CMN, o Conglomerado Prudencial definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

O Conglomerado Prudencial possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz – a Caixa Geral de Depósitos – para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos.

O Conglomerado Prudencial utiliza a Abordagem do Indicador Básico.

IV- Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em considerações diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O *Stress Test* de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos Passivos (ALCO).

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

V- Gestão de Capital

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pelo Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico Anual.

Fica a cargo da área de Controladoria a estruturação do plano estratégico anual e o acompanhamento do orçamento.

Participa do processo também a área de Gestão de Riscos, que contribui com informações, subsídios e avaliações complementares.

As instituições financeiras do Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos Brasil apuram o seu Patrimônio de Referência de forma consolidada.

Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.bcgbrasil.com.br, que não fazem parte destas demonstrações financeiras.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 30 de junho de 2021 e de 2020, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Capital de giro	68.430	73.031
Financiamento à exportação	31.539	51.844
Financiamento – BNDES	1.225	1.664
Total de operações de crédito	<u>101.194</u>	<u>126.539</u>
Confissão de dívida	35.102	37.697
Adiantamento sobre contrato de câmbio	114.177	142.927
Créditos para avais e fianças honrados	-	17.427
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	<u>250.473</u>	<u>324.590</u>
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	<u>(39.793)</u>	<u>(60.119)</u>
Circulante	167.984	205.989
Não Circulante	82.489	118.601

b) Composição da carteira por setor de atividade

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Setor Privado:		
Indústria	184.618	206.041
Comércio	12.665	33.072
Rural	10.300	34.181
Outros	42.890	51.296
Total	<u>250.473</u>	<u>324.590</u>

c) Composição da carteira por vencimento

	jun/21						dez/20	
	Vencido	A vencer					Total	Total
		01 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima 360 dias		
Capital de giro	-	30.151	-	-	3.542	34.737	68.430	73.031
Financiamento à exportação	6.708	-	-	-	13.406	11.426	31.539	51.844
Financiamento - BNDES	-	-	-	-	-	1.225	1.225	1.664
Confissão de dívida	-	-	-	-	-	35.102	35.102	37.697
Adiantamento sobre contrato de câmbio – ACC	-	-	26.018	16.907	71.252	-	114.177	142.927
Créditos para avais e fiança honrados	-	-	-	-	-	-	-	17.427
Total	6.708	30.151	26.018	16.907	88.200	82.489	250.473	324.590

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	jun/21					dez/20			
	Provisão %	Vencidos (*)	Curso Normal	Provisão Resolução 2.682	Provisão Prudencial	Vencidos (*)	Curso Normal	Provisão Resolução 2.682	Provisão Prudencial
	AA	-	-	13.847	-	-	-	-	-
A	0,50%	-	22.066	110	-	-	39.982	200	-
B	1,00%	-	108.477	1.085	8	-	154.521	1.545	-
C	3,00%	-	15.259	458	1.067	-	15.007	450	1.064
D	10,00%	-	15.715	1.571	-	-	18.583	1.858	-
E	30,00%	-	31.895	9.569	2.977	6.708	34.664	12.412	4.261
F	50,00%	-	36.506	18.253	-	-	33.591	16.796	-
G	70,00%	6.708	-	4.696	-	-	-	-	-
H	100,00%	-	-	-	-	18.363	3.170	21.533	-
Total		6.708	243.765	35.741	4.052	25.071	299.519	54.794	5.325

(*) Referem-se às operações vencidas a partir de 15 dias.

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	jun/21	jun/20
Saldo no início	(60.119)	(57.135)
Provisão constituída	(1.232)	(19.639)
Reversão de provisão	3.883	2.884
Baixa para prejuízo	17.675	9.726
Saldo ao final	(39.793)	(64.164)
Circulante	(21.583)	(41.285)
Não Circulante	(18.210)	(22.879)

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados

No primeiro semestre findo em 30 de junho de 2021 e de 2020, não houve recuperação de crédito anteriormente baixado como prejuízo.

No primeiro semestre findo em 30 de junho de 2021, foram renegociadas 8 (9 em dezembro de 2020) operações de crédito, no montante total de R\$66.765 (R\$ 63.700 em dezembro de 2020).

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	105.253	137.700
Direitos sobre venda de câmbio	<u>15.034</u>	<u>11.399</u>
Total	<u>120.287</u>	<u>149.099</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	13.580	11.144
Obrigações por compras de câmbio	<u>112.250</u>	<u>140.585</u>
Total	<u>125.830</u>	<u>151.729</u>

A carteira de câmbio, em 30 de junho de 2021, possui prazo médio de 205 dias (167 dias em dezembro de 2020).

11. OUTROS ATIVOS

a) ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA A VENDA

<u>Imóvel - Localização</u>	<u>jun/21</u>			<u>dez/20</u>		
	<u>Principal</u>	<u>Provisão</u>	<u>Líquido</u>	<u>Principal</u>	<u>Provisão</u>	<u>Líquido</u>
Jaboatão dos Guararapes - PE	27.888	(3.087)	24.801	27.888	(3.087)	24.801
Recanto das Emas - DF	14.322	-	14.322	14.322	-	14.322
Umirim - CE	5.109	(2.949)	2.160	5.109	(2.949)	2.160
Cascavel - CE	7.413	(2.583)	4.830	7.413	(2.583)	4.830
Aquiraz - CE	13.092	(1.003)	12.089	13.092	(1.003)	12.089
Total	<u>67.824</u>	<u>(9.622)</u>	<u>58.202</u>	<u>67.824</u>	<u>(9.622)</u>	<u>58.202</u>
Não Circulante	67.824	(9.622)	58.202	67.824	(9.622)	58.202

Referem-se a imóveis recebidos em dação de pagamento no exercício de 2017 e nos meses de maio de 2019 e de julho de 2020.

b) DIVERSOS

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Impostos e contribuições a compensar	2.984	5.317
Negociação e Intermediação de Valores	2.405	-
Adiantamento e antecipações salariais	538	254
Rendas a receber	643	603
Depósitos judiciais (nota nº 16.a)	1.200	621
Despesas antecipadas	266	613
Outros	412	331
Total	<u>8.448</u>	<u>7.739</u>
Circulante	6.222	5.462
Não Circulante	2.226	2.277

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - PASSIVO

a) Depósitos

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Depósitos à vista	6.202	19.908
Depósitos a prazo	<u>269.525</u>	<u>355.343</u>
De 1 a 90 dias	57.856	90.760
De 91 até 360 dias	128.530	189.395
A vencer após 360 dias	83.139	75.188
Total de depósitos	<u>275.727</u>	<u>375.251</u>
Circulante	192.588	300.063
Não Circulante	83.139	75.188

Os depósitos a prazo com taxas pós-fixadas, no montante de R\$264.121 (R\$347.009 em dezembro de 2020), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 95% a 119% (de 95% a 119% em dezembro de 2020). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$5.404 (R\$8.334 em dezembro de 2020), apresentam taxas ao ano que variam de 2,69% a 11,28% (2,69% a 11,28% em dezembro de 2020).

b) Captações no mercado aberto

	<u>jun/21</u>		<u>dez/20</u>
	De 1 a 90 dias	Total	Total
Carteira própria:			
Letras do Tesouro Nacional - LTN	68.000	68.000	-
Debêntures	5.949	5.949	8.347
Total de captações no mercado aberto	<u>73.949</u>	<u>73.949</u>	<u>8.347</u>
Circulante		73.949	8.347

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

Representado por letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$76.481 (R\$132.654 em dezembro de 2020) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 101% a 119% (93% a 116% em dezembro de 2020). As letras

de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R\$1.764 (R\$438 em dezembro de 2020), apresentam taxas ao ano que variam de 2,58% a 5,23% (2,58% a 2,88% em dezembro de 2020).

Em 30 de junho de 2021, o total das captações com letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário até 360 dias é de R\$74.858, e acima de 360 dias é de R\$3.387.

Em 31 de dezembro de 2020, o total das captações com letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário até 360 dias é de R\$132.698, e acima de 360 dias é de R\$394.

d) Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim no montante de R\$1.199 (R\$1.629, em dezembro de 2020), com prazo de vencimento em 2022 (com prazo de vencimento entre 2022 em dezembro de 2020).

e) Obrigações por empréstimos no exterior

	Moeda	jun/21		dez/20	
			Reais	USD	Reais
Empréstimo no Exterior:					
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	USD	28.342	141.429	45.000	233.859
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	EUR	1.200	7.110	2.200	14.027
Total			148.539		247.886
Circulante			148.539		247.886

(*) Operações com parte relacionada, conforme descrito na nota nº 19. B, e com vencimentos em Julho de 2021, no montante de R\$ 23.615 (R\$ 143.931, em dezembro de 2020, com vencimento em janeiro de 2021), e em outubro de 2021, no montante de R\$124.924 (R\$ 103.955, em dezembro de 2020, com vencimento em abril de 2021).

13. PROVISÕES

	jun/21	dez/20
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	2.101	2.176
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota nº 15.a e b)	506	503
Provisão para riscos trabalhistas (nota nº 15.a e b)	4.327	4.272
Provisão para riscos cíveis (nota nº 15.a e b)	649	-
Provisão para despesas de pessoal	2.392	2.063
Fornecedores a pagar	672	794
Outras	354	263
Total	11.001	10.071
Circulante	4.317	3.124
Não Circulante	6.684	6.947

(*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$148.107 (R\$161.877 em dezembro de 2020) (nota 26.a), para asquais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$2.101 (R\$2.176 em dezembro de 2020), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Nível	Faixa de provisão - %	jun/21		dez/20	
		Curso	Provisão	Curso	Provisão
		normal		normal	
AA	-	36.388	-	36.731	-
A	0,50%	50.016	250	63.131	316
C	3,00%	61.703	1.851	62.015	1.860
Total		148.107	2.101	161.877	2.176

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	jun/21	dez/20
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	3.315
Impostos e contribuições a recolher	743	961
Outros	10	-
Total	753	4.276
Circulante	753	4.276

b) Diversas

	jun/21	dez/20
Credores - Conta Liquidações Pendentes	2.020	1.972
Negociação e Intermediação de Valores	6	514
Resultado de Exercícios Futuros	347	105
Relações Interdependências	213	-
Outros	44	640
Total	2.630	3.231
Circulante	2.630	3.231

15. PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09.

a) Obrigações legais, contingências fiscais e trabalhistas

O Conglomerado Prudencial é parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre juros sobre o capital próprio deduzido da base de cálculo do ano de 2011, sobre compensação de Prejuízo Fiscal IRPJ 2010 e de débitos compensados de IRPJ e CSLL não homologados referentes ao ano de 2015, no montante total de R\$3.833 (R\$3.694 em dezembro de 2020), que são caracterizados como passivos contingentes e cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pelos advogados externos.

Descrição	jun/21		dez/20	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
	judiciais		judiciais	
Contingências fiscais:				
CETIP(i)	506	-	503	-
Subtotal	506	-	503	-
Contingências cíveis:				
Processos cíveis	649	130	-	128
Subtotal	649	130	-	128
Contingências trabalhistas:				
Recursos trabalhistas	4.327	1.070	4.272	493
Subtotal	4.327	1.070	4.272	493
Total	5.482	1.200	4.775	621

(i) Refere-se ao processo de IRPJ e CSLL sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP, cujos assessores jurídicos classificaram como perda provável.

b) A movimentação das provisões passivas para o semestre findo em 30 de junho de 2021 e para o exercício de 31 dezembro de 2020 é a seguinte:

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Contingências cíveis	Total
Saldo em 31/12/2020	503	4.272	-	4.775
Constituição (nota nº 23.b)	3	962	649	1.614
Reversão (nota nº 23.a)	-	(387)	-	(387)
Pagamento	-	(520)	-	(520)
Saldo em 30/06/2021	506	4.327	649	5.482

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2019	4.334	3.427	7.761
Constituição	796	866	1.662
Pagamento	(4.627)	(21)	(4.648)
Saldo em 31/12/2020	503	4.272	4.775

- c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é o seguinte:

Perdas	dez/20					
	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Prováveis	503	503	-	-	4.272	4.272
Possíveis	3.804	-	257	-	432	-
Remotas	608	-	17	-	363	-
Total	4.915	503	274	-	5.067	4.272

Quantidade 7 9 11

Perdas	jun/21					
	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Prováveis	506	506	649	649	4.327	4.327
Possíveis	8.290	-	257	-	364	-
Remotas	-	-	13	-	370	-
Total	8.796	506	919	649	5.061	4.327

Quantidade 7 10 11

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	2021	2020
	1º semestre	1º semestre
Resultado antes da tributação sobre o lucro	2.748	(6.416)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% (*)	(1.237)	2.887
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	(212)	558
Despesas com gratificações e benefícios	(11)	(15)
Diferença Aliquota CSLL(*)	-	415
Outros	(201)	158
Resultado do imposto de renda e da contribuição social dos semestres	(1.448)	3.445

(*) A alíquota da contribuição social, foi elevada de 15% para 20% para o Banco, com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019. Através da Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, convertida na Lei nº 14.183/2021, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido foi elevada para 25%, com efeito até o dia 31 de dezembro de 2021. A majoração da alíquota de Contribuição Social Sobre o Lucro

Líquido dada pela Medida Provisória nº 1.034/2021 convertida na Lei nº 14.183/2021, não produziu efeitos materiais sobre os ativos e passivos fiscais diferidos em 30 de junho de 2021.

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Administração do Banco mantém créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$78.149 (R\$79.051 em dezembro de 2020), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de lucro tributário no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.842/20.

Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	jun/21	dez/20
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	64.160	65.456
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	946	979
Provisão outros valores e bens imóveis	4.330	4.330
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	-	4.041
Marcação a Mercado Títulos Disponíveis para Venda	5.365	2.448
Provisão para contingências fiscais	228	226
Provisão para contingências trabalhistas	1.690	1.562
Outros	8	9
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	1.422	-
Total	<u>78.149</u>	<u>79.051</u>

c) Composição de obrigações diferidas

	jun/21	dez/20
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários , Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(4.613)	(9.386)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(48)	(356)
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	(2.416)	-
IRPJ, CSLL, PIS e COFINS diferidos	(3.387)	(3.435)
Total de obrigações diferidas	<u>(10.464)</u>	<u>(13.177)</u>

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Constituição / realização	Saldo em 30 de junho de 2021
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	65.456	(1.296)	64.160
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	979	(33)	946
Provisão outros valores e bens imóveis	4.330	-	4.330
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	4.041	(4.041)	-
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	2.448	2.917	5.365
Provisão para contingências fiscais	226	2	228
Provisão para contingências trabalhistas	1.562	128	1.690
Outros	9	(1)	8
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	-	1.422	1.422
Total	79.051	(902)	78.149
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários , Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(9.386)	4.773	(4.613)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(356)	308	(48)
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	-	(2.416)	(2.416)
IRPJ, CSLL, PIS e COFINS diferidos	(3.435)	48	(3.387)
Saldo de Obrigações diferidas	(13.177)	2.713	(10.464)

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Constituição /Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	54.195	11.261	65.456
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	946	33	979
Provisão outros valores e bens imóveis	-	4.330	4.330
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	8.021	(3.980)	4.041
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	4.194	(1.746)	2.448
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	171	(171)	-
Provisão para contingências fiscais	1.951	(1.725)	226
Provisão para contingências trabalhistas	1.306	256	1.562
Outros	8	-	8
Total	70.792	8.259	79.051
Ajuste de marcação a mercado de TVM, Instrumentos Financeiros e Empréstimo no Exterior	(15.213)	5.827	(9.386)
Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior			
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(246)	(110)	(356)
IRPJ, CSLL, PIS e COFINS diferidos	(4.494)	1.059	(3.435)
Saldo de Obrigações diferidas	(19.953)	6.776	(13.177)

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas

Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Conglomerado Prudencial:

	<u>1 ano</u>	<u>2 anos</u>	<u>3 anos</u>	<u>4 anos</u>	<u>5 anos</u>	<u>Total</u>
Créditos tributários	(9.039)	(5.388)	(4.353)	(4.607)	(54.762)	(78.149)
Obrigações diferidas	8.216	1124	1124	-	-	10.464

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos

créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$74.190 e R\$10.208 (R\$75.075 e R\$12.808 em dezembro de 2020), respectivamente.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, em 30 de junho de 2021 e de 2020, totalmente subscrito e integralizado está representado por 869.321 ações ordinárias, nominativas e sem valornominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$323.728.

b) Dividendos

Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

Em março de 2020, foi efetuado o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$2.890, R\$ 2.457, líquido do imposto retido na fonte de 15%, no valor de R\$433.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 16 de julho de 2020, foi deliberado o pagamento de dividendos, no montante de R\$4.106, referente ao exercício de 2019.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária. Em 31 de dezembro de 2020, o Conglomerado Prudencial utilizou a reserva legal, no montante de R\$1.701, para absorver parte do prejuízo do exercício.

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado e está sendo apresentado na demonstração de resultado do Conglomerado Prudencial. O lucro por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro básico por ação. Em 30 de junho de 2021 e de 2020 o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

A Remuneração da Administração está em conformidade com as disposições da Resolução 3.921/10, Conselho Monetário Nacional.

No primeiro semestre de 2021, foi pago aos Administradores o montante de R\$1.792 (R\$973 em 2020), considerando salários e benefícios.

b) Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Conglomerado Prudencial incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal.

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 30 de junho de 2021:

	Grau de relação	jun/21		dez/20	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	2.138	-	2.873	-
Depósitos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(7)	-	(7)	-
Obrigações por empréstimo no exterior					
Caixa Geral de Depósitos – Lisboa (nota nº 13.e)	Controladora	(148.539)	(1.085)	(247.886)	(3.834)
Outras obrigações - Sociais e Estatutárias					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(171)	-	(171)	-
Outras obrigações - diversas					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(2)	-	(2)	-
Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	248	281	289	714

O Conglomerado Prudencial assinou, em 18 de dezembro de 2017, um contrato de linha de crédito de liquidez “standby” no montante máximo de €45.000 (quarenta e cinco milhões de euros) junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. – Lisboa, com vigência de um ano, renovado em dezembro de 2020, com vigência até 18 de dezembro de 2021.

19. LIMITES OPERACIONAIS - ÍNDICE DE BASILEIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA). O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) que é de 8,00% desde 2019:

a) Índice da Basileia

	jun/21	dez/20
Risco de crédito – PEPR	41.100	46.580
Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS	11.345	8.924
Risco Operacional - POPR	11.863	13.172
Patrimônio de referência exigido - PRE	64.308	68.676
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	303.996	308.058
Índice da Basileia (*)	37,82%	35,89%
Rban	13.181	13.263
Índice da Basileia Amplo	31,38%	30,08%

(*) O índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC (“Corretora”).

b) Limites de imobilização

As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2021, este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 0,52% (0,50% em dezembro de 2020).

20. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 30 de junho de 2021 e de 2020, estão assim representadas:

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Comissão de estruturação e assessoria em operações	2.004	168
Rendas garantias prestadas	1.166	1.638
Outras	12	118
Total	<u>3.182</u>	<u>1.924</u>

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 30 de junho de 2021 e de 2020 estão assim representadas:

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Processamento de dados	4.430	4.551
Aluguel	1.953	1.853
Serviços técnicos especializados	1.209	708
Depreciação e amortização	202	323
Serviços do sistema financeiro	580	664
Viagens	3	39
Publicações	58	77
Seguros	311	266
Manutenção e conservação de bens	131	123
Comunicação	221	261
Vigilância e segurança	212	201
Serviço de terceiros	249	180
Transportes	18	39
Água, energia e gás	75	72
Outras	288	277
Total	<u>9.940</u>	<u>9.634</u>

22. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 30 de junho de 2021 e de 2020 estão representadas por:

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Despesas de contribuição ao COFINS	892	1.956
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	159	14
Despesas de contribuição ao PIS	145	318
Outras	42	22
Total	<u>1.238</u>	<u>2.310</u>

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

a) Outras receitas operacionais

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Recuperação de encargos e despesas	28	30
Variação monetária ativa	8	79
Reversão de provisões trabalhistas (nota nº 16.b)	387	-
Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	85	-
Outros	32	7
Total	<u>540</u>	<u>116</u>

b) Outras despesas operacionais

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Processos fiscais e trabalhistas (nota nº 15.b)	(1.614)	(1.015)
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	(10)	(59)
Outras despesas	(37)	(39)
Total	<u>(1.661)</u>	<u>(1.113)</u>
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(1.121)</u>	<u>(997)</u>

24. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Conglomerado Prudencial e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O saldo do resultado não recorrente em 30 de junho de 2021, líquido dos efeitos fiscais, está assim demonstrado:

	jun/21
Porcesso Cível (CVM)	(454)

25. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Avais e fianças

Responsabilidade do Conglomerado Prudencial por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas (nota nº13)	<u>148.107</u>	<u>161.877</u>

b) Benefícios a empregados

A partir do ano de 2010, o Conglomerado Prudencial passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto os mesmos forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Conglomerado Prudencial como patrocinador.

No semestre findo em 30 de junho de 2021, o montante de contribuição é de R\$78

(R\$147 em 2020) e foi registrado como despesa de pessoal.

c) Contratos de seguros

O Conglomerado Prudencial possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R\$8.200 (R\$8.200 em 2020). E o período de cobertura se estende até julho de 2021. A Administração já renovou a apólice para o período de um ano.

d) Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Conglomerado Prudencial possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com os clientes com os quais possuía essa modalidade de acordo.

A Diretoria

Controller

Lúcio Fábio Tavares Garcia

CRC 1SP 223.923/O-4
